Capítulo 14

A Organização da Supervisão Escolar em Jaciara-MT

The Organization of School Supervision in Jaciara, Mato Grosso

Rômulo Pinheiro de Amorim

Doutor em Educação (UFGD). Pós-Doutor em Educação (UFMT). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manacapuru.

Tatiana de Albues Pinto Amorim

Técnica em Secretariado (IFMT). Graduada em Pedagogia (UFMT). Especialista em Função do Secretário Escolar na Contemporaneidade (Faculdade Integrada Instituto Souza). Técnica Administrativa Educacional da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar a organização inicial da supervisão do ensino primário no município de Jaciara-MT nos anos 1960. O recorte temporal tem como justificativa o fato de que, nos anos 1960, o governo federal e estadual realizaram planejamentos educacionais visando à implantação da supervisão do ensino primário em diversas cidades do interior brasileiro e mato-grossense. Como subsídio para a realização desse estudo, foi escolhida a abordagem teórica de Antônio Nóvoa (1995), que buscou compreender a profissionalização docente com base nas relações estabelecidas entre o Estado e os professores. Para a elaboração desse texto foram consultadas as produções em História da Educação relativas ao tema, assim como documentos (relatórios, jornais e mensagens governamentais) do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, bem como o depoimento oral de uma professora supervisora que atuou na cidade de Jaciara-MT nos anos 1960.

Palavras-chave: supervisão escolar; Jaciara; Mato Grosso.

Abstract: This text aims to analyze the initial organization of primary school supervision in the municipality of Jaciara, Mato Grosso, during the 1960s. The time frame is justified by the fact that, during this period, the federal and state governments developed educational plans aimed at implementing primary school supervision in several cities in the interior of Brazil and the state of Mato Grosso. This study adopts the theoretical approach of Antônio Nóvoa (1995), who sought to understand teacher professionalization based on the relationships established between the State and teachers. The preparation of this text involved consulting studies in the History of Education related to the subject, as well as documents (reports, newspapers, and government messages) from the Public Archives of the State of Mato Grosso, in addition to the oral testimony of a supervising teacher who worked in the city of Jaciara, Mato Grosso, during the 1960s.

Keywords: school supervision; Jaciara; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O interesse do governo federal e dos governos estaduais nos anos 1960 foi proporcionar uma organização voltada para a realização de uma nova formação docente. A preocupação com a pouca eficiência do ensino oferecido nas escolas brasileiras motivou a gestão federal a proporcionar o aperfeiçoamento dos professores com novas práticas pedagógicas.

DOI: 10.47573/aya.6228.3.60.14

Para o governo, a ineficiência do ensino nas escolas brasileiras foi atribuída à grande quantidade de professores leigos (docentes que não possuíam habilitação para o magistério) que estavam exercendo a docência no país. Essa situação era um dos problemas educacionais que os governos estaduais deveriam enfrentar para melhorar o nível educacional das instituições escolares.

Em Mato Grosso, mais de 60% dos professores que atuavam no ensino primário do estado eram docentes leigos. Deste modo, o governo estadual procurou atrelar as suas ações ao planejamento educacional elaborado pelo governo federal no início dos anos 1960, com o intuito de promover o aperfeiçoamento dos professores leigos no estado.

A expansão da escolarização da população brasileira e o aprimoramento dos professores eram uma das metas do Plano Trienal de Educação de 1963. O planejamento educacional de nível nacional teve reflexos em Mato Grosso, quando várias professoras normalistas do estado realizaram cursos de especialização em supervisão do ensino primário no Programa de Assistência Brasileiro-Americano para o Ensino Elementar, em Belo Horizonte, bem como pela criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá.

Além da criação de uma instituição específica para a realização do treinamento de professores leigos e normalistas, foi desenvolvido o trabalho de supervisão do ensino primário em várias cidades do interior do estado. Dessa forma, a cidade de Jaciara, que possuía pouco tempo de fundação, recebeu a atuação do trabalho de supervisão, que tinha o objetivo de orientar as professoras leigas em suas atividades pedagógicas. Assim, esse texto tem como objetivo analisar a organização inicial da supervisão do ensino primário no município de Jaciara-MT nos anos 1960.

Deste modo, a escolha do recorte temporal deste estudo se deve à elaboração do planejamento educacional nos anos 1960, pois foi por meio desse planejamento que a organização do ensino em Mato Grosso sofreu algumas alterações.

Como subsídio para a realização desse estudo, foi escolhida a abordagem teórica de Antônio Nóvoa (1995), que buscou compreender a profissionalização docente com base nas relações estabelecidas entre o Estado e os professores. Para a elaboração desse texto, foram consultadas as produções em História da Educação relativas ao tema, assim como documentos (relatórios, jornais e mensagens governamentais) do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, bem como o depoimento oral de uma professora supervisora que atuou na cidade de Jaciara-MT nos anos 1960.

O Ensino Primário Brasileiro e Mato-Grossense nos Anos 1960

A existência de uma grande quantidade de professores leigos atuando nas escolas brasileiras foi compreendida pelo governo federal como prejudicial à eficiência do ensino oferecido aos alunos de nível primário. A falta de preparo dos professores foi uma dificuldade educacional evidenciada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para o triênio de 1963 a 1965. Neste plano havia uma parte destinada à educação do país, com o nome de Plano Trienal de Educação.

O Plano Trienal de Educação tinha metas em várias áreas de ensino, bem como apresentava o objetivo de proporcionar a assistência técnica aos Estados e ajuda financeira, com o intuito de propiciar a execução do plano na prática:

> Espera-se poder atender, em todo o país, a cerca de 30 por cento das necessidades globais de construção de prédios escolares. Também amplo será o programa de recuperação e aperfeiçoamento do magistério. Com a criação dos Centros de Treinamento do Magistério, a serem mantidos pela União, procura-se institucionalizar o esforço pelo aperfeiçoamento do magistério primário e médio e criar, definitivamente, a figura do professor supervisor. Cada um destes supervisores terá a seu cargo trabalho escolar até o máximo de dez classes primárias, cujos mestres serão por ele assistidos e treinados. Deste modo, espera-se aperfeiçoar, em 1963, 5.000 professores, inclusive leigos, em 1964, cerca de 20.000 professores e em 1965, cerca de 50.000 professores (Brasil, 2011, p. 163).

Para ampliar a oferta do ensino primário no país, o governo procurou realizar investimentos na construção de prédios escolares. Contudo, como a meta governamental era melhorar a eficiência do ensino nas escolas públicas, foi preciso criar instituições responsáveis pela formação de um quadro de professores especialistas em educação e que atuassem na divulgação dos novos conhecimentos pedagógicos.

Sendo assim, o governo almejava formar e recrutar uma equipe que exerceria o papel de organizar uma nova formação docente nos estados brasileiros e de difundir os novos conhecimentos educacionais aos professores leigos e normalistas do país.

Para concretizar esses objetivos, foram criados em várias regiões do Brasil os Centros de Treinamento do Magistério. Esses centros foram as instituições criadas especificamente para propiciar uma nova formação docente, ao ficarem responsáveis pela formação do professor-supervisor do ensino primário e pelo aperfeiçoamento dos professores normalistas e leigos.

O trabalho de supervisão do ensino primário não deveria somente ocorrer junto aos professores leigos nos centros de treinamento, mas também nas diferentes cidades do interior do país. A figura do professor-supervisor tinha o papel de orientar as ações pedagógicas dos docentes leigos em várias escolas primárias. Deste modo, o trabalho de supervisão do ensino primário visava proporcionar aos professores que não possuíam habilitação para o magistério o aprendizado de novas técnicas de ensino.

A supervisão do ensino primário ocorreu em várias cidades mato-grossenses, pois o problema educacional que o governo federal procurou enfrentar também se apresentava no estado.

Dessa forma, segundo o relatório da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, o estado possuía uma enorme quantidade de professores leigos exercendo o magistério.

> [...] um dos problemas que nos desafiam, relativamente ao Ensino, era o grande número de professores leigos, efetivados por concurso. O trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade da recuperação daqueles professores que, embora efetivados, não possuem, contudo, um grau suficiente de conhecimentos e de capacidade profissional (Alcântara, 1964, p. 53-54).

O grau de conhecimento e a capacidade profissional dos professores leigos estavam sendo questionados pela Secretaria de Educação de Mato Grosso. O relatório do secretário indicou que a atuação dos professores leigos no magistério estaria prejudicando a eficiência do ensino nas escolas primárias do estado. A preocupação governamental era com os docentes leigos que estavam efetivados por concurso, pois não havia, a princípio, a possibilidade de demissão dos professores, já que a secretaria permitiu a efetivação por concurso sem a habilitação necessária para atuar no magistério.

Diante da problemática anunciada, seria preciso a organização de um processo de "recuperação" dos professores leigos, com a implantação de uma nova formação docente no estado, já que 60% do quadro dos professores de Mato Grosso eram leigos e estavam sendo considerados pela secretaria como docentes incapazes de exercer a profissão (Marcílio, 1963).

As dificuldades que o governo do estado teria que enfrentar em relação ao ensino propiciaram o seu atrelamento às diretrizes apontadas pelo planejamento educacional elaborado pelo governo federal. A articulação dos governos foi no sentido de fortalecer as medidas adotadas para melhorar o ensino ministrado nas escolas públicas.

Deste modo, a gestão estadual enviou 56 professoras normalistas para realizarem cursos de especialização em educação no Programa de Assistência Brasileiro-Americana para o Ensino Elementar, em Belo Horizonte, bem como contribuiu para a criação, juntamente com a gestão federal, do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá.

As relações entre o Estado e os professores são atribuídas por Nóvoa (1995b) como elementos para a construção da profissionalização docente. Para esse autor, os valores da atividade docente e o aperfeiçoamento das metodologias de ensino advêm das ingerências do Estado na coordenação da formação dos professores.

A especialização em educação oferecida pelo Estado evidencia as intenções de aprimorar os conhecimentos pedagógicos dos professores, com a intenção de melhorar o nível de atuação profissional dos docentes. A criação de instituições escolares indica o papel do Estado no direcionamento da reprodução das normas e saberes aos professores (Nóvoa, 1995b).

A partir de um acordo entre Brasil e Estados Unidos, foi criado em Belo Horizonte, em 1956, o PABAEE, que funcionou até o ano de 1964. O programa tinha o objetivo de proporcionar um aprimoramento aos professores normalistas do país. No entanto, o governo procurou utilizar os conhecimentos pedagógicos advindos do programa para fortalecer o aperfeiçoamento dos professores leigos (Paiva; Paixão,

2002).

A Secretaria de Educação, Cultura e Saúde convocou 56 professoras normalistas para realizarem cursos de especialização na área do ensino no PABAEE (O Estado de Mato Grosso, 14/07/1963). As professoras normalistas que realizaram o curso de especialização em supervisão do ensino primário no PABAEE entre os anos de 1963 e 1964 retornaram para Mato Grosso e foram convocadas pelo governo estadual para atuarem no desenvolvimento do trabalho de supervisão do ensino primário no Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, bem como nas diversas cidades do interior do estado. O CTM – Cuiabá foi criado em agosto de 1963 para oferecer o aperfeiçoamento aos professores leigos, por meio do chamado "Curso de Férias" e de cursos destinados ao aprimoramento dos professores normalistas (Marcílio, 1963).

Diante desse contexto educacional, buscaremos compreender alguns aspectos da implantação da supervisão do ensino primário na cidade de Jaciara nos anos 1960, com base no depoimento de uma professora-supervisora que atuou nessa referida cidade.

A Constituição da Supervisão do Ensino Primário em Jaciara-MT

O grupo de professoras normalistas que realizaram o curso de especialização em supervisão do ensino primário no PABAEE, em Belo Horizonte, retornou para Mato Grosso após o término do curso em 1964. Além desse grupo de professoras-supervisoras formadas no PABAEE, foi formado mais um grupo de professoras no curso de supervisão realizado no Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá. O primeiro curso de formação de supervisores foi realizado em 1963, no CTM-Cuiabá para 37 bolsistas. O curso foi ministrado por professores do estado do Espírito Santo e de professores de Mato Grosso (Marcílio, 1963).

A Secretaria de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso determinou o ingresso das professoras-supervisoras para ministrarem aulas no "Curso de Férias" no CTM - Cuiabá, que era destinado ao aperfeiçoamento das professoras leigas durante o período de férias escolares. Além dessa medida, a secretaria encaminhou várias professoras-supervisoras para atuarem na orientação das atividades pedagógicas das professoras leigas em diversas cidades do interior de Mato Grosso.

Deste modo, uma professora-supervisora foi enviada para a cidade de Jaciara, em meados dos anos 1960, para desenvolver o trabalho de supervisão do ensino primário junto às docentes leigas do referido município. A chegada da supervisora no município de Jaciara estava relacionada ao seu casamento e à ida de seu marido para trabalhar na cidade: "Eu fui para Jaciara já casada. [...] mandaram escolher Chapada ou Jaciara, aí ele escolheu Jaciara, fomos para lá, para Jaciara" (Supervisora. Cuiabá 18/11/2011). O início do trabalho da supervisora junto às professoras leigas do município não foi bem aceito no primeiro momento: "a gente lutava lá [...] conversava com os professores, mas não dava conta de fazer o trabalho. A aceitação não foi muito boa" (Supervisora, Cuiabá 18/11/2011).

A presença da supervisora no município, orientando as professoras leigas

com as novas técnicas de ensino, provocou uma postura de resistência das docentes para com as orientações pedagógicas. Essa postura pode estar relacionada com a prática docente desempenhada pelas professoras leigas que já estariam consolidadas em seu fazer profissional ao longo do tempo, bem como pelo fato de os seus conhecimentos pedagógicos serem advindos da formação de nível primário.

Para Nóvoa (1995a), os professores se relacionam em um espaço socialmente organizado no qual podem surgir conflitos entre as interpretações pessoais dos professores e as exigências do meio. Os conflitos que ocorrem nas escolas podem ser resultados dos comportamentos e pensamentos alternativos diante da colocação de normas que visam à homogeneização das práticas pedagógicas.

A questão político-partidária contribuiu para dificultar o trabalho de supervisão no município, pois havia a rivalidade política entre a UDN – União Democrática Nacional e o PSD – Partido Social Democrático no estado de Mato Grosso. Como a supervisora tinha ligações com a UDN e o governador e o prefeito da cidade eram do PSD, havia uma desconfiança em relação à presença da supervisora na cidade, bem como esse fato prejudicou o apoio político inicial para desenvolver o trabalho de supervisão em Jaciara (Supervisora. Cuiabá 18/11/2011).

Somente após o prefeito compreender que a supervisora não manifestou nenhum interesse político em suas ações, a mesma acabou recebendo o apoio da prefeitura da cidade para desempenhar o trabalho de supervisão do ensino primário (Supervisora. Cuiabá 18/11/2011).

A supervisora, em articulação com o sindicato, que estava fechado inicialmente, e com o apoio da comunidade local, procurou, em uma cidade que não possuía muita estrutura, pois era um município recém-criado, organizar a implantação do trabalho de supervisão no município. Várias escolas foram construídas nas comunidades rurais de Jaciara e diversos professores foram escolhidos para atuar no magistério nessas escolas multisseriadas.

A dificuldade existia para a realização do trabalho de supervisão: “nós tínhamos quase umas vinte a trinta professoras, cada uma estava em uma escola rural dando aula para aquela escola multisseriada, para aquele monte de alunos, cada um de uma série” (Supervisora. Cuiabá 18/11/2011).

A distância percorrida entre as diferentes comunidades rurais dificultava a reunião das professoras leigas para a sua orientação pedagógica. Para superar essa dificuldade, a supervisora procurou organizar um local em Jaciara para a realização do “Curso de Férias”, com o objetivo de reunir as professoras leigas, oriundas das escolas de diferentes comunidades, para a orientação pedagógica com base nas novas técnicas de ensino.

> Fizemos, montamos, aí viemos aqui, pedimos dinheiro. O primeiro passo que nós fizemos foi pedir dinheiro do INCRA, e com esse mutirão… O padre tinha uma casa muito grande. O padre acabou com o internato, então ele deu a casa dele, lá em Jaciara. Lá eles vieram morar para fazer o curso durante as férias (Supervisora. Cuiabá 18/11/2011).

Como as professoras leigas de Jaciara não tinham condições de estudar no CTM – Cuiabá, devido às dificuldades financeiras e de deslocamento até a capital, a criação do "Curso de Férias" em Jaciara foi a oportunidade de estudar em um local específico para a orientação educacional.

A supervisora teve que se articular com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e com o padre da cidade para conseguir um espaço para a realização do curso. As professoras tinham o transporte das comunidades rurais até o local do curso, que funcionava em regime de internato durante o período das férias.

Para a supervisora, o trabalho de supervisão, que tinha uma resistência inicial por parte das professoras leigas, foi mais bem aceito durante a reunião das mesmas em um mesmo local de estudos. A orientação das atividades pedagógicas das professoras tinha continuidade em visitas feitas pela supervisora nas escolas rurais do município: "Nós acompanhávamos; era pouca visita, porque era muito longe. Você ia de manhã e voltava à tarde de lá" (Supervisora, Cuiabá, 18/11/2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do trabalho de supervisão do ensino primário em Jaciara está relacionada com o contexto de planejamento educacional elaborado pelo governo federal, que teve repercussões no estado de Mato Grosso nos anos 1960. O governo estadual, articulado com a gestão federal, criou o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, bem como organizou o trabalho de supervisão do ensino primário no interior do estado.

A supervisão representou a interferência do Estado na modificação das práticas pedagógicas das professoras leigas, ao buscar a implantação de uma nova postura profissional das docentes leigas do Estado. As análises do contexto e as suas relações com o relato da professora-supervisora indicam as especificidades da organização da supervisão do ensino primário em Jaciara nos anos 1960. A articulação da supervisora com a gestão estadual e municipal, bem como a parceria com o padre da cidade propiciou a criação do "Curso de Férias" na cidade. Esse curso contribui para melhorar o trabalho de orientação pedagógica das professoras leigas, pois havia a dificuldade de distância entre as comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, H. R. **Três anos de progresso educacional e sanitário.** Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1964.

BRASIL. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 In: **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento.** [direção Rosa Freire d'Aguiar] – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 35 – 440.

MARCÍLIO, H. **História do ensino em Mato Grosso.** Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e sua formação**. 2ª. ed. Lisboa/Portugal: Publicações Dom Quixote, 1995a.

_____. **O passado e o presente dos professores,** In: NÓVOA, Antônio (org.), Profissão Professor. 2ª ed. Porto, Porto Editora, 1995b, p. 13-34.

O ESTADO DE MATO GROSSO. **Departamento de Educação e Cultura – Edital de Convocação**. 14/07/1963. APMT.

PAIVA, E. V.; PAIXÃO, L. P. **PABAEE (1956-1964): a americanização do ensino no Brasil?** Niterói: EdUFF, 2002.

SUPERVISORA. Entrevista concedida em 18/11/2011.